

CONGRESSO NACIONAL

| Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR 5 N. PRONTUÁRIO 454 | CONGRESSO NACIONAL | |
|--|---|--|
| Medida Provisória n.º 428, de 12 de maio de 2008 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR Dep. Luiz Carlos Hauly – Supplication of the periodic policy of the periodic place of the | Recebido em 10 08 /2008 às 15:00 | MPV - 428 |
| Medida Provisória n.º 428, de 12 de maio de 2008 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR SUPRESTVA 2 SUBSTITUTIVA SUBSTITUTIVA SUBSTITUTIVA SUBSTITUTIVA SUPERESTVA 2 SUBSTITUTIVA SUBSTITUTIVA SUPERESTVA 2 SUBSTITUTIVA SUBSTITUTIVA SUPERESTVA 2 SUBSTITUTIVA ACRESCENTE-se o seguinte artigo a MP nº 428/2008 Art O PIS/PASEP arrecadados pelo Governo Federal nas unidades federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas públicas e autarquis serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição equipamentos para a educação e saúde municipais. JUSTIFICATIVA A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação s repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicaç desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | APRESENTAÇÃO DE EMENDAS | |
| Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR 1. SUPPESIVA 2. SUBSTITUTIVA SUBSTIT | | PROPOSIÇÃO Provisória n.º 428, de 12 de maio de 2008 |
| EMENDA ADITIVA Acrescente-se o seguinte artigo a MP nº 428/2008 Art O PIS/PASEP arrecadados pelo Governo Federal nas unidades federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas públicas e autarquis serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição equipamentos para a educação e saúde municipais. JUSTIFICATIVA A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação s repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicaç desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | | |
| EMENDA ADITIVA Acrescente-se o seguinte artigo a MP nº 428/2008 Art O PIS/PASEP arrecadados pelo Governo Federal nas unidades federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas públicas e autarquis serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição equipamentos para a educação e saúde municipais. JUSTIFICATIVA A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação s repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicaç desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | | MODIFICATIVA T GLOBAL |
| EMENDA ADITIVA Acrescente-se o seguinte artigo a MP nº 428/2008 Art O PIS/PASEP arrecadados pelo Governo Federal nas unidades federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas públicas e autarquis serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição equipamentos para a educação e saúde municipais. JUSTIFICATIVA A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação se repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicações recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | CADITICO DARAGE | ATTO INCISO ATTIMEA |
| Art O PIS/PASEP arrecadados pelo Governo Federal nas unidades federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas públicas e autarquis serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição equipamentos para a educação e saúde municipais. JUSTIFICATIVA A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação s repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicaç desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | | |
| federação, oriundos dos governos estaduais, municipais e suas empresas publicas e atraique serão considerados receitas próprias e destinados aos Poderes Executivos Estaduais Municipais para serem utilizados, exclusivamente, em obras de infra-estrutura e aquisição equipamentos para a educação e saúde municipais. JUSTIFICATIVA A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação s repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicaç desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | | |
| A arrecadação do PIS/PASEP efetivada pelas unidades da federação s repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicaç desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | federação, oriundos dos governos estaduais, m serão considerados receitas próprias e des Municipais para serem utilizados, exclusivame | nunicipais e suas empresas publicas e autarqui stinados aos Poderes Executivos Estaduais ente, em obras de infra-estrutura e aquisição |
| repassadas diretamente à União, sem que haja nenhuma contrapartida de aplicaç desses recursos na sua fonte arrecadadora, estados e municípios. A presente medida visa a corrigir essa distorção e repassar esses recursos a estados e municípios, fixando a obrigação de que os mesmos sejam aplicados na saú | JUSTI | FICATIVA |
| | repassadas diretamente à União, sem qui desses recursos na sua fonte arrecadadora A presente medida visa a corrigir estados e municípios, fixando a obrigação | lue haja nenhuma contrapartida de aplicaç a, estados e municípios. Lessa distomão e repassar esses recursos a |
| | Q Q | ASSIMAL DEDD /DD |
| Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR | Dep. LUIZ CARLO | 19 HAULI — PODD/FR |